

1.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura
Ata da 225.^a Sessão Ordinária
Realizada em 25 de Novembro de 1971 - (5.^a-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Antônio Costa, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Quielse Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Luiz Soares, Marciano Baraniuk, Mauricio Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão, Xenofonte Villanueva (45); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Fuad Nacii e Jorge Sato (2).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

REQUERIMENTOS:

— De autoria do Senhor Deputado João Mansur, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 191-71.

— De autoria do Senhor Deputado Santos Lima, solicitando o adiamento por duas sessões do Projeto de Lei n.º 236-71.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, requer, na forma regimental seja consignado voto de profundo pesar pela morte prematura do conhecido e festejado homem de rádio e televisão, Doutor Camilo Jorge Grabski.

Advogado conterrâneo, filho do magistrado Dr. João Grabski, o ilustre desaparecido contribuiu valiosamente para o aprimoramento de nossos meios de divulgação, estando seu nome ligado a inúmeras campanhas de âmbito patriótico, mormente porque, era detentor de um magnífico estúdio de gravação, onde as montagens se faziam com apuro e sem lhes faltar o toque de inteligência e bom senso, dado por seu titular.

Pede ainda que se dê ciência à família enlutada da decisão do requerido.
Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1971.

(a) **Artur de Souza**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, requer à Mesa a consagração dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido, ontem, do Senhor Ervino Carlos Strobel, conceituado comerciante e tronco de tradicional família paranaense.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada, à rua Ubaldino do Amaral, 199, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1971.

(a) **Maurício Fruct**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais requer, após ouvido o Plenário, seja enviado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, General Emílio Garrastazú Médici, um telegrama de congratulações, pelo modo como Sua Excelência conduziu e solucionou o problema político no Paraná. A situação quase caótica que imperava na área político-administrativa em nosso Estado teve, com a atitude tomada pelo Presidente da República, pronto equacionamento, recolocando o Paraná no caminho de progresso e desenvolvimento, ao mesmo tempo que procura a pacificação política e a moralidade administrativa.

Requer, outrossim, que sejam enviadas cópias deste requerimento aos Senhores Ministros do Governo, bem como ao Comandante da 5.ª RM e Delegado da Polícia Federal em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1971.

(a) **Antônio Belinati**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, na qualidade de Líder da ARENA e GOVERNO, indica à Mesa, o nome do Deputado Luiz Roberto Soares, para integrar a Comissão de Constituição e Justiça, em substituição ao saudoso Deputado Acyr José.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1971.

(a) **João Mansur**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que adiante subscreve, estribado nas funções regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja designada uma Comissão para representar este Poder nas cerimônias que marcarão a inauguração das novas instalações da agência do Banco do Brasil em Londrina, no dia de amanhã. O ato contará com a presença do Ministro Antônio Delfim Netto e do Senhor Nestor Jost, Presidente do Banco do Brasil, além de outros ilustres convidados.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1971.

(a) **Antônio Belinati**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência que encaminhe apelo ao Ministro do Interior, Governador do Estado e Superintendente da FUNAI, no sentido de que se determinem providências imediatas para a de-

limitação da área destinada aos índios entre os rios das Cobras e União, no Município de Guaraniaçu e Laranjeiras do Sul, a fim de que os proprietários vizinhos não sejam prejudicados com as medidas legais de seqüestro tomadas pela Justiça Federal.

A não fixação desses limites exatos está causando, atualmente, uma série de transtornos aos proprietários particulares, que se vêm impedidos de colher os frutos de anos de dedicação ao amanho da terra e, conseqüente, mente, sofrem problemas sociais imprevisíveis, pois, pelo acôrdo entre a União e o Estado, para evitar as invasões às terras, cometeu-se a anomalia de estender-se além dos limites próprios as medidas preventivas, atingindo áreas particulares onde se registravam trabalhos agrícolas de grande vulto.

Por outro lado, se há casos de proprietários com títulos do Estado sobre a área abrangida pelo acôrdo, seria justo que o Governo paranaense honrasse os seus compromissos, indenizando os mencionados detentores daqueles documentos. Essa atitude que, acreditando no documento fornecido pelo nosso Governo, se dedicaram com amor e objetividade às tarefas agrícolas.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1971

(a) Nivaldo Krüger

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer sejam-lhe justificadas as faltas nos dias 17, 18 e 19 do corrente mês, pelo não comparecimento às Sessões, por se achar adoentado, conforme laudo fornecido pelo Serviço Médico da Casa, anexo.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1971.

(a) — Lázaro Dument

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 283.71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar o Ginásio Redentor, situado em Nova Prata — Município de Salto do Lontra.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1971.

(a) Arizone Araújo

JUSTIFICATIVA:

O Ginásio que se pretende estadualizar conta com 78 alunos, só na primeira série. Por esse número se verifica a expressiva população em idade escolar ali existente. Além do mais, anexo ao referido estabelecimento, funciona um Grupo Escolar com cerca de 378 alunos, todos candidatos ao curso Ginasial. No entanto, a entidade mantenedora do Ginásio Redentor não tem mais condições de suportar os ônus e encargos que a iniciativa, por sua própria natureza, nela faz recair.

Essa a razão por que se pretende integrá-lo na rede estadual de ensino.

PROJETO DE LEI N.º 284.71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica denominado de "Centro Cívico Ministro Bento Munhoz da Rocha Netto" o conjunto arquitetônico formado pelas sedes dos Três Poderes e demais edifícios públicos que nele se englobam ou vierem a se avizinhar.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1971

(a) Erondy Silvério

JUSTIFICATIVA:

Nada mais justo do que perpetuar o nome de um grande paranaense com a obra por ele idealizada e parcialmente executada. O atual Centro Cívico foi projetado e construído em parte pela Administração Governamental do estadista Bento Munhoz da Rocha Netto, Governador do Paraná, Primeiro Secretário da Câmara Federal em quatro períodos consecutivos e Ministro dos Negócios da Agricultura, cuja fôlha de serviços ao Estado e à Nação merece ser fixada como exemplo para a posteridade, através da denominação do conjunto arquitetônico que é motivo de orgulho para a Capital paranaense.

Se tal justificativa não bastasse, o "curriculum vitae" dessa personalidade pública que é o paranaense Bento Munhoz da Rocha Netto, cuja integral vai anexa a Projeto de Lei hoje apresentado pelo autor a esta Assembléia, justificaria de sobejo esta e outras homenagens maiores que o Paraná deve a seu ilustre filho.

Projeto de Lei n. 285-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica outorgado o título de "Cidadão Benemérito do Paraná" ao Professor Bento Munhoz da Rocha Netto.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1971.

(a) — Erondy Silvério

J U S T I F I C A T I V A :

Nenhum paranaense vivo merece deste Estado respeito e admiração maiores que o político e intelectual Bento Munhoz da Rocha Netto, cujo exemplo de homem público dedicado e impecável está marcado na própria História da República Brasileira. Filho de Caetano Munhoz da Rocha, duas vezes Presidente do Paraná, o paranguara Bento Munhoz da Rocha Netto elevou ainda mais altas as nobres tradições de sua ilustre família, projetando-a a níveis nacionais graças à sua atuação como Ministro de Estado e às obras culturais e literárias por ele legadas à Nação.

Anexo a este Anteprojeto de Lei vai o "curriculum vitae" de um Ministro de Estado, Governador do Paraná, Deputado Federal que, por quatro anos consecutivos ocupou a Primeira Secretaria da Câmara dos Deputados, mestre em cinco cadeiras diferentes de cursos universitários, engenheiro e sociólogo, literato e orador, cuja simples leitura, sem maiores comentários, justificaria por si próprio homenagens ainda maiores, se assim houvesse, a esta figura ímpar de paranaense que é o ilustre Professor Bento Munhoz da Rocha Netto.

Projeto de Lei n. 286-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO, na sede do Município de Guapirama.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1971.

(a) — Gabriel Manoel

J U S T I F I C A Ç Ã O :

A localidade que se pretende dotar de um estabelecimento de ensino Técnico-profissional, possui infra-estrutura educacional suficiente para conferir plena eficiência a qualquer curso de nível médio. Dotada de ginásio, além dos cursos primários, conta Guapirama com um contingente expressivo de mais ou menos setenta (70) jovens em condições de pleitear matrícula na Escola Técnica de Comércio que, certamente, mercê da indiscutível necessidade, ali será instalada.

Projeto de Lei n. 237-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma pensão mensal à viúva do cabo da Polícia Militar do Estado, Stazir de Souza Oliveira, falecido no cumprimento do dever.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1971.

(a) — **Maurício Fruct.**

J U S T I F I C A T I V A :

O presente Plano de Lei tem a sua razão de ser, Senhor Presidente, pelo fato da esposa do militar, morto no cumprimento do dever, a par do trauma vivido, com o infortúnio do desaparecimento precoce do chefe de sua família, praticamente estar desamparada pecuniariamente. A morte do Cabo Stazir, que caiu defendendo o juramento da PMEP de zelar pela tranquilidade pública, não pode nem deve ser meramente reconhecido apenas por uma Ordem do Dia ou por elogios à sua conduta.

Há de se pensar nos que ele deixou que agora amargam o pão que o diabo amassou, pelo seu gesto heróico. Uma pensão mensal seria o mínimo que nós, homens públicos, poderíamos fazer por aquele que, com denodo, sem pensar nas consequências, procurou subjugar o vil assassino, que ameaçava as vidas das pessoas presentes no ato. O heroísmo de Stazir tem que merecer uma recompensa, por menor que ela seja.

O SR. PRESIDENTE — Está findada a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Como existem dois oradores inscritos para o Grande Expediente e certamente não teremos oportunidade de abordar o assunto com mais amplitude, vamos proceder a leitura do jornal "O Estado de São Paulo", Jornal da Tarde, a respeito da crise política que abalou nosso Paraná, culminando com a renúncia do sr. Haroldo Leon Peres, renúncia que para muitos não chegou a ser entendida. Somente agora, com a publicação dessa reportagem no Jornal da Tarde, é que chegaram a compreender.

O título da reportagem é o seguinte: "Paraná: os motivos da renúncia".

"Leon Peres traiu a confiança do Presidente da República, a Revolução e o povo do Paraná". "Esta foi uma das explicações de setores oficiais para a queda do Governador. Aqui, toda a história".

"Por que Haroldo Leon Peres renunciou ao governo do Paraná? Uma coisa é certa: o Executivo Federal, contrariado com sua atuação — que feria os princípios da Revolução — convenceu-o a renunciar (caso Leon Peres não concordasse com essa solução, o Governo seria obrigado a aplicar os dispositivos do Ato Institucional n.º 5).

O motivo principal da queda de Leon Peres teria sido uma proposta que ele fez a Cecílio de Almeida, dono da C. R. Almeida, uma das maiores construtoras do País. A versão, de informantes de diversas áreas, é a seguinte:

Cecílio deveria receber do Governo do Paraná cerca de 65 milhões de cruzeiros, que estavam depositados no Banco do Estado Paraná. O dinheiro pagaria a construção de várias obras estaduais e o financiamento teria vindo do exterior, em dólares. Cecílio de Almeida comunicou-se com Haroldo Leon Peres e disse-lhe que queria receber o dinheiro a que tinha direito. Peres teria respondido que aceitaria fazer o pagamento, mas antes queria discutir o assunto no apartamento de Cecílio, no Leme Palace Hotel, no Rio, e que, já de início, comunicava que pretendia ficar com cinco milhões de cruzeiros (cerca de 1 milhão de dólares).

A resposta de Cecílio foi a de que dificilmente concordaria com isso, mas iria consultar um sócio, grande acionista da sua firma. O encontro foi marcado, como Leon Peres queria, no Rio de Janeiro.

No dia marcado, ainda segundo as fontes, encontraram-se no Rio, no Leme Palace, Haroldo Leon Peres, um homem chamado Jerônimo Tomé (de quem não se sabe nada além do nome), Cecílio de Almeida e um senhor a quem ele apresentou como Jacob, o seu sócio. Foi com ele que Peres teria discutido sobre o dinheiro que pretendia. Jacob pechinhou, disse que um milhão de dólares era muito e marcou um novo encontro, para o dia seguinte.

Leon Peres fez uma exigência: os quatro deveriam encontrar-se na praia de Copacabana.

No dia seguinte, continua a explicação, os quatro se encontraram, vestidos com calções de banho e ficaram passeando pelas calçadas da praia, discutindo a exigência do Governador.

O que Leon Peres não sabia, entretanto, é que o homem com quem estava discutindo era agente do SNI. Jacob já havia gravado a conversa do Leme Palace Hotel, e agora estava gravando o passeio de Copacabana, com um mini-gravador escondido no calção. E, de um ponto qualquer, o passeio estava sendo filmado.

Teriam sido as gravações de Jacob que o Ministro Alfredo Buzaid, da Justiça, tocou para Leon Peres em Brasília, na última quarta-feira. O Governador estava dizendo ao Ministro que foi vítima de manobras políticas de seus opositores do Paraná — Ney Braga e Paulo Pimentel — e que nada do que se dizia era verdade.

O Ministro, então ligou o gravador. Foi depois disso que Leon Peres concordou em renunciar”.

O SR. PRESIDENTE — Informo ao nobre Deputado Antônio Belinati que está esgotado o tempo que dispunha para falar no Pequeno Expediente. Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURICIO FRUET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu e o Paraná ficaram estarecidos ontem com o bárbaro assassinato do Cabo da Polícia Militar do Estado do Paraná, no exercício do seu dever, justamente quando escoltava um criminoso que iria depôr no Tribunal de Justiça, numa de suas Varas Criminais. Esse criminoso, que era por demais conhecido no sub-mundo do crime e era cognominado por Chacal, retirando a arma que o Policial portava, de forma covarde acabou assassinando-o, de forma estúpida e cruel, em pleno Tribunal de Justiça de nosso Estado. O outro soldado que se encontrava a seu lado, e em defesa de seu colega de farda, revidou a agressão culminando com a morte, pouco depois, do marginal.

Este fato foi lamentado por toda a população. Foi lamentado porque tomou mais um soldado da Polícia Militar do Estado no cumprimento de seu dever. Não será suficiente apenas tecermos comentários elogiosos sobre a conduta do Cabo da Polícia desta Tribuna; não será suficiente, também, que conste da Ordem do Dia da Polícia, palavras tecendo elogios à atitude heróica e exemplar daquele seu subordinado; não será suficiente apenas que se enalteçam as virtudes desse soldado na defesa da tranquilidade dos lares para-

nances. Isto é insuficiente. O que é preciso é que nós, homens públicos, procedamos de acordo com os preceitos legais, isto é, possibilitemos um atendimento pecuniário aos familiares desse heróico soldado, porque, perdendo o chefe da casa, a viúva e os dois filhos menores ficarão à mercê da sorte e das dificuldades da vida para poderem sobreviver e poder reunir o suficiente necessário para seus filhos, a fim de dar a educação que merecem filhos de herói.

Por isto tomamos a liberdade de apresentar um Projeto autorizatório no sentido que seja concedida uma pensão especial à viúva do Cabo que, ontem, de forma bárbara foi assassinado, no cumprimento de seu dever.

Temos certeza absoluta de que esta Casa não negará aos familiares desse soldado os requisitos legais para que a família tenha o amparo necessário à sua sobrevivência e ao mesmo tempo temos, também, certeza de que S. Exa. o sr. Governador do Estado será sensível ao pedido da Casa Legislativa e atenderá a solução ora proposta. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Paulo Poli.

O SR. PAULO POLI — Sr. Presidente e Srs. Deputados, o Paraná acaba de emergir de uma de suas mais sérias crises políticas, que abalou todo o País. Não pretendemos comentar os episódios altamente divulgados que culminaram com esta crise, mas como representante do povo que somos, na condição de membro da ARENA, eleitos pela ARENA e arenista que somos, interpretando a vontade e o desejo da maioria do povo paranaense, nós aqui estamos para dizer da nossa satisfação pelos novos rumos que está tomando o Paraná.

Não vai nisso, Sr. Presidente e Srs. Deputados — quero deixar bem claro aqui — nenhuma declaração de amor, nenhum apoio precipitado a quem quer que seja, mas também, por que não dizer, devemos analisar os primeiros passos de Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, Professor Pedro Parigot de Souza, no que tange à pacificação do nosso Estado; estivemos atentos, desde as suas primeiras palavras; o seu pronunciamento de posse foi um verdadeiro libelo, uma verdadeira declaração de paz de harmonia e otimismo, e de esperança. O Paraná é um dos grandes Estados da Federação; o Paraná, que precisa trabalhar, necessita urgentemente de paz, de harmonia, para o bem estar do seu povo, de suas indústrias e de todas as classes, de todas as camadas. Vimos com satisfação e com alegria até, nesta Casa, as lideranças arenistas de todo o Paraná se entrelaçarem, se abraçarem; aqui estava o Senador Ney Braga, Accioly Filho, Mattos Leão, todos com grande responsabilidade, pelo cargo e pela função que ocupam. Vimos um encontro que satisfaz todo o Paraná, entre os dois grandes líderes Ney Braga e Paulo Cruz Pimentel — muito embora o ex-Governador Paulo Pimentel não ocupe hoje uma função pública, não tenha Sua Excelência um mandato a cumprir, seja simplesmente um homem de empresa, é indiscutível, é inegável, é evidente, é patente a sua liderança no seio popular, e daí a nossa satisfação, porque vimos que todos estes homens que têm liderança foram procurados por Sua Excelência o Governador Pedro Parigot de Souza; também aumentou a nossa satisfação, quando vimos que Sua Excelência procurou membros do Poder Judiciário, onde não existe liderança política mas que são lideranças também no Paraná, na pessoa do Desembargador Alceste Ribas de Macedo, Presidente daquele Poder; vimos o seu contato com o Comandante da 5.ª Região Militar, do Presidente do Tribunal de Contas, com os líderes de todas as camadas de Sindicatos; enfim, isto é uma demonstração de que o Governador procura harmonizar em definitivo o Paraná.

Como disse ontem, S. Exa. pretende, com bom senso, com equilíbrio, procurar se não a unanimidade, pelo menos a maioria.

Nos reservamos para logo mais, em explicação pessoal, dar prosseguimento a este nosso pronunciamento, se não nos sobrar tempo no Grande Expediente. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE: — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. Deputado Antônio Lopes Júnior.

O SR. ANTÔNIO LOPES JÚNIOR — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Era nossa intenção ocupar hoje o Grande Expediente para um assunto de grande importância. Entretanto, como este espaço da sessão foi reservado já há muito tempo para uma dedicação especial, em comemoração ao Centenário da Imigração Polonesa, aproveitamos a oportunidade deste pequeno espaço do Pequeno Expediente, mudando a rota do que pretendíamos falar, aproveitando o que aqui ocorreu há pouco, fazer um apelo a todos os Srs. Deputados, tanto da ARENA como, especialmente, do MDB.

Estão lembrados todos e esta Casa é testemunha de que, logo após a posse do sr. Haroldo Leon Peres, a maioria dos srs. Deputados do MDB vinham à Tribuna e, calçados nas palavras respeitáveis do Sr. Presidente da República, Emílio Médici, diziam que a hora não era de arrancar pedras do passado, mas aproveitá-las para construir o futuro; nunca contestamos essas palavras. Pois bem, neste instante, Sr. Presidente e srs. Deputados, no instante em que há necessidade de todos os paranaenses se unirem, não digo em torno do Governador Parigot de Souza, mas em torno do Paraná, do seu povo, da grandeza e da prosperidade, da fase de tranquilidade do povo paranaense, é o que apelo a todos os Srs. Deputados.

Vamos, não revolver as pedras do passado, mas aproveitá-las para ajudar o Governador Parigot de Souza a construir o edifício do Paraná. Como paranaenses, temos a obrigação, obrigação de filhos, de conterrâneos, de habitantes desta terra, de trabalhar para que o Paraná esteja presente na caminhada para o futuro, na direção da grandeza nacional, pois o Presidente Médici tanto tem colaborado, desejando construir um Brasil para os nossos filhos e para os nossos netos.

Esse é o apelo que deixo aqui. Vamos nos unir em torno do Paraná, com o Governador Parigot de Souza, esquecendo o passado e caminhando para o futuro, pelo Paraná, pelo Brasil, pela paz e tranquilidade do seu povo, sob a chefia do Presidente Médici.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. Deputado Ivo Tomazoni.

O SR. IVO TOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há uma data significativa a transcorrer no dia de hoje que não poderia a Casa de Leis do Estado do Paraná, deixar de transcrever nos Anais da Casa, o seu significado.

Através de Decreto Federal do Governo Revolucionário, instituiu-se a data de 25 de novembro, comemorativa ao Dia Nacional de Ação de Graças; é a oportunidade para que os homens públicos, principalmente os responsáveis em toda a Pátria de uma legislação mais humana, se recolher para, no íntimo do seu eu, reverenciar a Deus e render-lhe graças por tudo o que somos e o que temos. É no Dia Nacional de Ação de Graças que nós devemos, mais do que em qualquer outro instante, num recolhimento espiritual como disse, dizer da gratidão dos homens, por tudo que Deus tem propiciado a este País, continente reservado aos nossos descendentes. O instante, é de rendermos graças pelas decisões sábias das nossas autoridades pela riqueza do nosso solo, pelo entendimento das famílias e, principalmente, pela felicidade da gente brasileira, que o Dia de Ação de Graças comemorado hoje com tanta simplicidade no Estado do Paraná, possa, nos anos futuros, significar um

pouco mais no entendimento no fortalecimento das nossas instituições e quanto mais nós nos permitirmos lembrar da existência de um Ser Superior, tanto mais haveremos de nos convencer de que nós, brasileiros, temos muito mais que dar de que pedir. Daí rendermos graças no Dia de Ação de Graças, ao Todo Poderoso Todo Generoso sempre para com a gente e com a Pátria Brasileira. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, passaremos ao Grande Expediente.

O SR. NIVALDO KRÜGER — (Pela ordem). — Sr. Presidente, solicito esta questão de ordem, em virtude de haver oradores inscritos para o Grande Expediente, o Sr. Deputado Nelson Buffara que fez uma inscrição na manhã de hoje, ou na tarde de ontem. No entanto, sou informado que o dia de hoje estava destinado à Colônia Polonesa. Não era do conhecimento de nossa Bancada, se sua inscrição foi aceita pelo Diretor do Expediente, e consultaria V. Exa. se realmente existe requerimento neste sentido. Caso haja este requerimento, gostaria de dele tomar conhecimento, para que a palavra seja assegurada àqueles oradores que se inscreveram no Grande Expediente, conforme determina a Casa. Existe requerimento?

O SR. PRESIDENTE — Exist. Em data de 27 do mês de setembro do corrente ano, na coluna de apresentação de requerimentos.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Agradeço, sr. Presidente a informação. Realmente o Requerimento existia. Entretanto, a falha não foi do Deputado que se inscreveu, mas sim da Secretaria que recebeu a inscrição, gerando este pequeno conflito.

Creio que o Deputado Nelson Buffara, diante destas informações, se dá por satisfeito e todos nós aceitamos o que ficou deliberado.

O SR. PRESIDENTE — Informo a V. Exa. que os oradores inscritos para o Grande Expediente de hoje serão transferidos para o Grande Expediente de amanhã, na ordem de prioridade de inscrição.

O SR. NELSON BUFFARA — (Pede ordem) Sr. Presidente, fui eu quem solicitou ao líder, Nivaldo Kruger, que levantasse essa questão de ordem. Eu o fiz uma vez que havia me inscrito no Grande Expediente, para a Sessão de hoje, inscrição aceita, para mim fato consumado.

Deveria ter sido alertado na ocasião, que o Grande Expediente de hoje era destinado a uma homenagem que esta Casa vai prestar à Colônia Polonesa. Estou de pleno acordo, e prestígio assuntos desta natureza. Mas não posso deixar de dizer a V. Exa. as razões pelas quais me dirigi a V. Exa. e quando exige que prevalecesse a minha inscrição, porque tomei conhecimento, neste momento, quando me dirigi à Mesa e fui alertado pelo Deputado Arthur de Souza.

Estas foram as razões pelas quais insisti junto ao meu Líder que agisse como agiu.

Dou-me por satisfeito e em virtude de um fato existente já, adotado anteriormente, minha inscrição está prejudicada; mas ficou prejudicada no momento em que tomei conhecimento do fato.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa pede escusas ao nobre Deputado Nelson Buffara e tomará providências para que não ocorram mais estes fatos.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Sr. Presidente, agradeço a V. Exa. pelas providências tomadas, afirmando à Casa, eu quero ressaltar o comportamento do nobre Deputado Nelson Buffara, que foi digno, o que é próprio da sua maneira de ser nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Portanto, o Grande Expediente de hoje é dedicado ao Centenário da Imigração Polonesa do Estado do Paraná.

Concedo a palavra, ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Arthur de Souza.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esta Casa, com muita honra, conta, na tarde de hoje, com a presença de personalidades ilustres. A do Desembargador Segismundo Gradowski, ex-Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná e Presidente do Comitê de Comemorações do Centenário da Imigração Polonesa. A presença de um ex-colega nosso, muito caro, o Doutor Edwino Tempski, que por mais de uma Legislação perustrou esta Assembléia, da qual foi um constituinte, e que hoje nos visita e mata as saudades de seus colegas e companheiros desta augusta Casa de Leis. A presença do advogado Eduardo Zelak e também a do Dr. Brońslaw Ostoja Roguski, ex-Deputado Estadual, ex-Deputado Federal e Secretário do Comitê de Comemorações. A presença de alguém que se destaca no mundo da dança, Tadeu Morozowski, que com muita justiça recebeu o título de cidadão de Curitiba, numa homenagem singular. A presença de um ex-Vereador da Câmara Municipal de Curitiba, sr. Antônio Domakowski e demais pessoas gradas, todos ilustres representantes da Comunidade Polono-Brasileira radicada em nosso Estado.

Autoridades, Sr. Presidente, Senhoras, meus caros Colegas.

(Lendo): — “Se tomássemos a lista de chamada desta Casa de Leis e nos metivéssemos a analisar os sobrenomes dos Senhores Deputados, chegar-se-ia inevitavelmente à conclusão lógica de que este Brasil, coeso e grandioso, se encontra indelévelmente marcado pela sua condição de terra de convergência de migrações humanas, ou terra de imigração. E se num arroubo de amplitude nos fossemos mais longe e nos quedássemos manuseando o guia telefônico de Curitiba ou de qualquer outra populosa Capital, encontraríamos sobrenomes das mais diversificadas origens, patenteando que as migrações constituem-se em fenómeno permanente e universal e que os brasileiros, orgulhosos todos eles de suas origens, não são mais do que o produto de uma fabulosa fusão de raças, num país relativamente novo e que por isso mesmo não tem nem pode ter a preocupação ou a veleidade de preconceitos raciais. Vivemos convencidos de que ninguém pode dizer que é o mais brasileiro de todos e nas apresentações, quando os sobrenomes identificam seu país de origem, não se cogita de saber qual dos apresentados é mais nacional, caberia quando muita a indagação: a quantas gerações você é brasileiro? Seus pais que são os avôzinhos ou seus avós? Justifica-se: um país maravilhoso como este, que sempre abriu suas portas aos quatro cantos do mundo, nunca poderia adotar o “jus sanguinis”, mas sempre a teoria do “jus soli”, segundo a qual a cidadania do indivíduo é subordinada ao país de seu nascimento independentemente da nacionalidade dos progenitores.

E um a um rememora datas e episódios que lhe chegaram ao conhecimento através relatos de seus ascendentes, minuciando o que a sua grei ofereceu, quando atraída pelo que representava de promissor neste país, aqui aportou desejosa de contribuir para que estas terras se colonizassem com a presteza desejada pelas autoridades que, disciplinando a imigração, estimulavam e atraíam o estrangeiro, quer oferecendo-lhe mão de obra compensadora, quer doando-lhe terras generosas pelo muito de humus contido, para que tivesse condições de sobrevivência, num incentivo bem dosado que representaria forçosamente o convite para fixar-se em definitivo nas paragens que constituíam o vazio demográfico.

E se o índio Guairacá batia com força a clava estrugindo: “Esta Terra é a Doña” o alienígena, que aqui aportava cioso de sua condição de difundidor de conhecimentos adquiridos no Velho Mundo, parecia, sem conjecturar contraditas, que exclamava despretençioso: “tem dono sim, mas deixa

que te ajudemos a preservá-la e torná-la grande e forte para que se veja mais e mais respeitada e admirada, sobressaindo pela pujança que unidos todos haveremos de lhe conseguir”.

Aqui se está comemorando a chegada de quem veio com esta intenção e estes sadios propósitos, arribando a um século atrás a querer demonstrar que a sua vinda representaria contribuição valiosa.

Acaso não tinham o dinamismo, a cultura, a inteligência e a habilidade para oferecer sem parcimônia?

E estes atributos não iam proliferar no decorrer destes proveitosos cem anos, para produzir frutos qual árvore dadivosa a compensar a terra que os acolheu e alimentou?

Num estudo que se faça atentando para o fato de que lutas intestinas provocaram o êxodo que sofreu a Polónia, agravadas ainda pelo espírito sagaz e usurpador vizinho, com seus filhos emigrando para as Américas, chega-se à conclusão irretorquível de que não era a avidês de fortuna fácil o que provocava esse esvaziamento num degrêdo voluntário. Era, isto sim, o desejo de paz, de encontrar ambiente que oferecesse segurança para tôdas aquelas famílias deslocadas. E por isto mesmo o Nôvo Continente recebia não apenas o campônio simples, o labrego, cuja aptidão limitava-se ao amanho da terra.

De além mar vinham técnicos, homens cuja cultura advinha dos cursos aprimorados que lhes administravam as Universidades de Cracóvia, Varsóvia, Vilno e Lwow.

Ou então, eram os próprios guerreiros, militares das Academias, que preferiram abdicar das regalias e prerrogativas de seus vistosos galões, porque já não suportavam ver o sangue derramar-se em batalhas inglórias, que deixaram de ter o sabor de uma vitória conquistada por um ideal, mas simplesmente representavam lutas que se feriam quando o desencanto e a desilusão grassavam qual o canto de Cassandra, num apôdo inexorável aos altos escalões, que insistiam teimosamente em propagar o que significava tão somente o ímpeto de escravizar quem nunca escondera, ainda com o sacrifício da própria vida, a ansia insopitável de liberdade.

Damas da elite polonesa, que curtiam o sofrimento de uma viuvez prematura e anteviam para os seus filhos o mesmo destino negro que arrebatara o ente amado que deixara saudades, entendiam que aderir ao aceno do nôvo mundo representava bom senso.

Somaram-se, igualmente, figuras exponenciais da realeza, nobres e fidalgos que trouxeram, porque viviam num estágio de aprimoramento de espírito, estas suas boas maneiras, e os seus conhecimentos obtidos nesse convívio de “finesse”.

Nunca se diga, porém, que a retirada deveu-se a qualquer laivo de pusillanimidade ou pieguice, eis que a coragem nunca faltou a esse povo cuja têmpera fôra obtida, e isto a história nos conta à saciedade, nas revoluções e guerras de que participou século após século.

E os seus descendentes...

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência tem a honra e a satisfação de anunciar a presença, neste Plenário, do Sr. Osvaldo Oloslack, Superintendente dos Festejos do Centenário da Imigração Polonesa, e do Sr. Edmundo Lening Saporscki, neto do pioneiro da imigração polonesa, ex-Prefeito, ex-Vereador.

Solicito ao Sr. Deputado Arthur de Souza que continue com sua oração.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — (Continua lendo): “E os seus descendentes, já aqui, demonstraram o sangue heróico que lhes corria nas veias e o espírito de bravura de que eram dotados.

A F.E.B. gloriosa, em seus diversos escalões contou com um sem número de bravos e corajosos brasileiros descendentes da terra de Kosciusko, cumprindo missões as mais difíceis e que hoje são reverenciados, porque seus

nomes deram cognominação a ruas, na homenagem póstuma que a Pátria lhes concedeu, a eles que não titubearam em oferecer e sacrificar sua própria vida em holocausto à causa que se propuseram defender.

E quando o Paraná irmanado engalana-se para comemorar o primeiro século, marco significativo da chegada destes colonizadores, ufana-se esta Casa e abre suas portas para festejar concedendo a este seu humilde par a honraria da credencial para que diga da exultação, entendendo que este Poder nunca esteve alheio ao chamamento que o Brasil fazia para que outros povos aqui se fixassem. Ele que era um país muito jovem e que não deixava, contudo, de antever a necessidade de incentivar por esta forma um progresso agrário que não poderia tardar, mormente porque estávamos, então, numa fase industrial mais do que embrionária, no seu estágio mais elementar e utópico.

E se afirmamos que o Legislativo nunca esteve alheio, é porque dos Anais consta que antes mesmo de aportarem os colonizadores que nesta oportunidade têm os seus feitos louvados, porque estes foram efetivamente plenos de um labor edificante, já havia camaristas preocupados com o processo migratório, se não vejamos:

Em janeiro de 1857 o vice-presidente José Antônio Vaz de Carvalhaes, num relatório dado a Plenário, dizia textualmente:

"Não há por hora na Província estabelecimentos rurais importantes, que demandem para o seu custeio grande número de braços, nem a indústria agrícola se acha em tal pé que torne praticável sistema de parceria que tão bons resultados têm produzido na província vizinha. Assim, se o Governo Provincial quizer Promover a colonização, na escala em que o autoriza o Orçamento vigente, ou há de ser por meio de venda de terras devolutas aos colonos, ou empresas que quizerem importá-los, ou há de tornar-se empreendedor de indústria, montando por sua conta estabelecimentos agrícolas e coloniais onde os colonos apenas importados, achem logo trabalho apropriado e lucros correspondentes".

E outro camarista, igualmente voltado para o esquema de colonização discursava:

"Abusaria de vossa ilustração se me ocupasse de demonstrar-vos a necessidade de promoverdes a emigração de colonos morigerados e laboriosos, que, conhecedores de processos mais acabados, e habituados ao uso de instrumentos mais vantajosos ao manejo e cultura das terras, se empreguem nos vastos campos que possui a Província, e cuja prodigiosa fertilidade abrange todo o gênero de produção agrícola; limitar-me-ei, pois, a indicar-vos o meio que me parece mais adotável para a consecução de tão almejado bem".

Atente-se para o fato de que estes discursos foram pronunciados nos idos de 1857. Era, como asseveramos, o representante do povo a reconhecer que povoar nossas terras representava um bem que todos almejavam.

E pouco tempo depois eles navegavam singrando o Atlântico que haviam trocado pelo Báltico. Na opção de uma nova Pátria acharam de bom alvitre poder dispor não de um clima tropical encontrarão em tantas regiões do Norte brasileiro que também os receberiam de braços abertos, clima tão diverso daquele que representava o seu meio ambiente, mas sim, eles que desfrutaram toda a sua vida de um clima rigoroso, típico do continente, compreenderam que somente aqui no Sul, a semelhança, ainda que relativa, seria mais facilmente obtida.

E os que vieram do Sudoeste trocaram o seu KARKONOSZE (Monte dos Gigantes) pelo nosso Marumbi, com a sua cadeia de montanhas que remotamente lhes faria rememorar os Cárpatos, enquanto que os advindos do centro, perderam aquela paisagem maravilhosa do seu decantado Vistola, ganhando em troca a beleza cálida do Iguaçu navegável nos muitos pontos que os forasteiros escolheriam para fixar-se, como São Mateus, como a Colônia Eufrosina, Porto Amazonas, Guajuvira, Araucária, União da Vitória e

outras colônias ribeirinhas, instaladas com o cuidado de quem não desejava afastar-se de uma topografia que lhes evocasse o que deixaram para traz na peregrinação que chegava a tom término, futurando obter da esteira fluvial alimento que lhes propiciasse entressachar no trivial o cardápio tão a seu gosto.

E se os autênticos precursores da entrada de poloneses no Paraná são reconhecidamente Jerônimo Durski, Sebastião Edmundo Wós Saporski, Eugênio Bendazewski, o que se deve reconhecer é que todos eles cumpriram cabal e denodadamente aquilo a que se propuseram realizar, com a ajuda da figura visionária do Padre Antonio Zelinski, isto é, atrair para o nosso Estado o maior número de patricios, que se haviam de aglomerar formando as colônias produtivas, a maioria delas resistindo a tudo e perdurando até a hodiernidade.

Estes núcleos multiplicaram-se e a marcha desbravadora prosseguiu sobranceira, aflorando colônias onde o polonês se instalava sozinho ou muitas vezes compartilhando o solo com povos de outras nacionalidades, como alemães, ucranianos, suíços e holandeses, demonstrando no heterogêneo a sua condição de boa vizinhança, a índole afável e o trato lhano.

Solicito vênias, Senhor Presidente, Senhores Deputados, para citar a título de ilustração que aqui na própria Curitiba, à época a Província que ensajava arvorar-se em Capital, muitas colônias agasalharam os recém chegados, como Argelina, Pilarzinho, São Venâncio, Abranches, Santa Cândida, Orleans, Santo Inácio, Lamenha, D. Augusto, D. Pedro, Santa Gabriela, Afonso Pena, Riviere, Presidente Faria e outras mais. Observe-se que na sua maioria elas se avantajaram e com o crescimento vertiginoso da cidade, na sua explosão demográfica transformaram-se em populosos bairros, enquanto umas poucas foram absorvidas e nelas não mais se falou.

O espírito desbravador, somando a um desejo de interiorização exercido por quem apreendera a escolher terras dadivosas, que longe da exaustão guardariam tôdas as propriedades para uma germinação compensadora, impulsionou nossos agraciados de hoje, primeiro para as localidades adjacentes a Curitiba e depois, na prossecução da investida colonizadora, era deixada a rótula e povoações começaram a despontar em sítios mais distanciados, já que desconheciam estes homens a atimia e longe de uma acomodação que lhes valeria permanecer aconchegados aos grandes núcleos suportando todavia partilhar campos esmarridos, tão diversos dos encontrados mais além, que lhes acenavam com a previsão sedutora da colheita copiosa, localizaram-se e deram margem à criação das colônias: João Alfredo, Lucena e Augusta Vitória, em RIO NEGRO; Santa Bárbara e Santa Galo, em PALMEIRA; Rio Claro e Palmyra, em S. JOÃO DO TRIUNFO; Colônias de Eufrazio Correia, Água Branca e Eufrosina, em SÃO MATEUS DO SUL; Vera Guarani, em PAULO FRONTIN, Tapará, em PRUDENTÓPOLIS; Ivay e Tayó, em IPIRANGA; General Carneiro, Antônio Cândido e Alberto Abreu, em UNIÃO DA VITÓRIA e mais trinta núcleos sem denominação localizados em PRUDENTÓPOLIS.

Homens de fé, praticantes de uma crença que era a mesma aqui professada, a religião católica, contribuíram em muito para que mais se fortalecesse a doutrina, inclusive com a ereção de templos magníficos, que chegaram aos nossos dias, quer pela solidês da construção, quer pelo cuidado que os prosélitos lhes dispensavam.

E no que diz respeito às artes, que contribuição teria havido? Quem descendia do músico de Varsóvia que o mundo revenciará eternamente, Frédéric François Chopin, quem sofreu a influência advinda de sua conversão ao cristianismo, datada de 1826, optando pela civilização ocidental e onde a arte aparece como protesto de uma Nação que, subjugada, não quer perder sua alma, quem construiu em Cracóvia a Catedral real, dedicada a Santo Estanislau, quem possuiu um escultor da envergadura de um Wit Stwos, e final-

mente quem teve a fibra inquebrantável para, no momento em que sua Nação era partilhada para desaparecer num transitório que durou mais de cem anos, aferrando-se mais obstinadamente à criação artística, emancipando-se da imitação estrangeira e afirmando a sua originalidade, só nos poderia legar patrimônio apreciável. Este legado é palpável e nos descendentes polacos a veia artística é uma tônica e suas criações têm conquistado os laureis que significam não apenas o reconhecimento interno, mas o galardão que outros países lhes têm concedido quando participam de mostras internacionais.

E a preocupação de cultivar as tradições mais caras tem magnífico exemplo na vivência aplaudidíssima dos chamados grupos folclóricos, cujas crenças são reclamadas insistentemente até mesmo quando o espetáculo tem por palco um Estado brasileiro longínquo e a sua organização deveu-se grupos cujas origens étnicas são outras.

Na ciência, na política, na economia, enfim, em tudo percebe-se nitidamente a influência benfazeja da raça por nós aqui exaltada, quando a efusão dos adjetivos há que ser tolerada, pois o arrebadamento é explicado por um sentimento impulsivo de gratidão.

Permitam que conclua dizendo apenas: obrigado, Polônia. Se aos teus filhos demos guarida a um século passado, a retribuição foi generosa, generosíssima". — (Palmas).

O Sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Arthur de Souza, quero na oportunidade cumprimentar V. Exa., duplamente; primeiramente, por ter sido V. Exa. o autor do requerimento, que deferiu o dia 25 de novembro, data histórica para o Paraná, a ser consignada à Ordem do Dia da Assembleia Legislativa do Paraná, em memória à imigração polonesa no nosso Estado; e em segundo lugar, pelo brilhantismo da sua oração, quando V. Exa. abordou todos os aspectos desta luta que vem de cem anos, destes homens que, vindos de além-mar, foram aqui recebidos na nossa Pátria, de braços abertos pelas autoridades responsáveis pelo nosso País, integrando-se e misturando-se com o povo brasileiro. Mas também nós não poderíamos, num dever de justiça, deixar de reconhecer que estes homens que aqui vieram, adotando o Brasil como a sua verdadeira Pátria, souberam corresponder com aquela confiança, com aquela fidalguia ao povo brasileiro e, se integrando à nossa sociedade, muito fizeram e muito ajudaram, contribuindo para o nosso desenvolvimento e para o nosso crescimento.

Eu deveria, nobre Deputado Arthur de Souza, estar hoje ocupando também esta Tribuna, pelos laços de amizade que me unem à Colônia Polonesa no Paraná, e mais do que isso, porque inclusive nas veias dos meus filhos também corre o sangue de descendentes poloneses mas, por uma felicidade nossa e desta Casa, foi V. Exa. escolhido pela Mesa Diretora dos nossos trabalhos para que fôsse o porta-voz da Assembleia do Paraná, no dia 25 de novembro, comemorando e homenageando estes heróicos que aqui vieram para ajudar os brasileiros na grande batalha do desenvolvimento do nosso País.

Mas eu não poderia, nobre Deputado Arthur de Souza, deixar passar despercebido neste instante e eu quero também me associar à homenagem que V. Exa. acaba de prestar através do brilhantismo da sua oração, aos homens e às autoridades que V. Exa. enumerou no seu discurso, aqueles que integrando a Superintendência do Centenário da Colônia Polonesa percorreram diversos Municípios do Paraná, como São João do Triunfo, São Matheus, Campo Largo e Irati, e levaram aos homens que ali labutam e que vêm trabalhando diuturnamente no afã de, juntamente com os brasileiros, ajudarem o nosso desenvolvimento. Fomos lá levar a nossa palavra de fé, nossa homenagem àquele povo que aqui vem, se integrar com a sociedade brasileira, para juntos, adotar o Brasil como sua Pátria, e ajudar o nosso desenvolvimento e o nosso crescimento. Razão porque, quero, nesta

oportunidade, mais uma vez, congratular-me com V. Exa. e dizer de que a Superintendência do Centenário de Imigração Polonesa no Paraná, editou um volume, aonde traz a história destes cem anos, dos poloneses aqui no nosso Estado.

E a minha região, nobre Deputado, V. Exa. bem sabe, que foi quase toda ela, povoada por habitantes poloneses, que de cem anos para cá, vem lutando e trabalhando junto com a nossa gente e com o nosso povo, é como se estivesse na sua própria terra e na sua própria Pátria. E hoje, se V. Exa. percorrer a região Centro-Sul do Estado, ainda mais se aprofunda a imigração polonesa em nosso Estado. V. Exa. há de vir e convir, que através da fusão de poloneses e brasileiros, hoje facilmente poderemos diferenciar aqueles que outrora vindo de além-mar, vieram aqui, ajudar todos os brasileiros, nesta grande tarefa, que é a da emancipação econômica do nosso País e da nossa Pátria.

Razão porque, quero cumprimentar os homens da Superintendência da Imigração Polonesa no Paraná, cumprimentar V. Exa. pelo brilhantismo da sua oração quando, com muita propriedade, presta uma homenagem àquelles que, por cem anos, vêm ajudando o nosso crescimento e o nosso desenvolvimento.

Receba pois, nobre Deputado Arthur de Souza os cumprimentos de um homem que representa uma região, aonde a imigração polonesa se faz juntamente para o engrandecimento e para dias mais tranquilos da nossa Pátria e da nossa gente.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — Este Deputado, agradece as palavras de encômio que pronunciou o nobre Deputado João Mansur que, nesta Casa, tem tido uma atuação serena e demonstrado sempre, estar voltado para os altos interesses da nossa Nação.

Levem os Srs. membros do Comitê de Comemoração do Centenário de Imigração Polonesa, a certeza de que na humildade do nosso discurso despretencioso, foi-nos fácil dizer aquilo que expressamos. Dizemos fácil, porque tenho certeza que tudo que dissemos aqui, a respeito desta comemoração, em todos os momentos estaria representando não apenas os direitos que o povo nos outorgou, mas como disse, o direito de vir à Tribuna e dizer da nossa satisfação e do nosso gaudío pelo acontecimento.

O Sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Quero, nobre Deputado Arthur de Souza, manifestar a nossa solidariedade a V. Exa. e manifestar também o reconhecimento da Bancada do MDB, ao humilde trabalho realizado em nosso Estado pela colônia polonesa, e a maneira muito lembrada por V. Exa., contribuiu para o desenvolvimento do Estado do Paraná, quer no campo econômico, quanto no social e especialmente no campo espiritual, dada a formação desta gente e trazendo uma herança de fé que transmitiu às gerações até os dias presentes. Portanto, Sr. Deputado, a nossa solidariedade e os nossos cumprimentos pelo discurso que V. Exa. faz neste instante e peço permissão para, nestas singelas palavras, cumprimentar também os representantes da colônia polonesa aqui presentes, que eles levem aos seus amigos, aos membros da sua comunidade, o fraterno abraço do MDB nesta Casa.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — Vêem assim os Srs. membros do Comitê de Festejos que nós não estávamos equivocados quando afirmávamos, alto e bom som que representávamos a maioria desta Casa. É bem verdade que sendo Deputado da Arena, não tenho procuração para assim nos pronunciarmos, mas sabemos do afeto que a Bancada do MDB também dedica aos membros desta colônia e agora, com a ratificação feita pelo Líder da Bancada do MDB, nós sabemos que o nosso desideratum foi cabalmente cumprido. Hoje é uma data extremamente festiva para todos nós e especialmente para este Deputado, não fôra acontecimento que nos chegou ao conhecimento e que me consternou profundamente. É que um radialista de renome no Pa-

raná e cuja voz privilegiada vinha sendo sempre ouvida com atenção, desapparece do cenário paranaense e por uma caprichosa coincidência, este homem de rádio e televisão é representante da colônia polonesa, Camilo Jorge Grabski, amigo meu desde que cheguei em Curitiba, desde 1943. Fiz rádio com este locutor. Mais tarde montou uma agência de gravação e seu trabalho era respeitado pela ótima qualidade, quer ao atender as encomendas do Governo do Estado, quer as fontes comerciais que necessitassem de divulgação. Hoje silencia esta voz de Camilo Jorge Grabski. Daí porque o nosso sentimento. Era filho do Magistrado Dr. João Grabski e há nesta Casa requerimento feito por este Deputado, pedindo que se faça a inserção em Ata de um voto de profundo pesar. Sr. Presidente, Srs. Deputados, muito obrigado pela atenção. — Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apreciado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apreciado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projetos de Lei de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constantes do Expediente. Necessitam de apoio. — Apreciados. Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Arizone Araújo, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apreciado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 155-71, de autoria do Dep. Borsari Neto, que declara de Utilidade Pública o "Serviço de Obras Sociais de Sertãoópolis". Parecer favorável da C.C.J. — Apreciado.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 124-70, de autoria do Dep. Igo Iwant Losso, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Normal Colegial Estadual "Amanda Carneiro de Mello", da cidade de Castro. Parecer favorável da C.C.J. — Apreciado.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 266-70, de autoria do Dep. Luiz Cruz, que autoriza o Poder Executivo a doar à Sociedade Rural do Norte do Paraná, uma área de terra com 78.282 m², na forma e como especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.T.I.C. — Em discussão.

O SR. JOÃO MANSUR — (Pela ordem) Requeiro, Sr. Presidente, o arquivamento deste Projeto, porquanto esta Casa aprovou ontem em 3.ª discussão, através da Mensagem n.º 36-71, encaminhada pelo Executivo a doação desta mesma área à Sociedade do Norte do Paraná, não porque não vejo motivo nenhum e acho que este Projeto do nobre Deputado Luiz Cruz deixou de ter a sua finalidade. Requeiro o seu arquivamento.

O SR. PRESIDENTE — Em votação o Projeto de Lei n.º 266-70. — Rejeitado.

PROJETO DE LEI N. 266-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Sociedade Rural do Norte do Paraná, a área de terras com 78.282,00 m². (Setenta e oito mil, duzentos e oitenta e dois metros quadrados) constituindo parte do lote n.º 107-B, da Gleba Cambé de Londrina, imóvel esse de propriedade do Estado do Paraná e com as seguintes divisas e confrontações:

De um marco de madeira de lei cravado na margem esquerda do Ribeirão Cambé segue confrontando com um terreno de propriedade da Associação Rural no rumo NE 33º10' e distância de 574,60 metros até um marco colocado na margem da rodovia Londrina-Cambé (BR-369); daí medem-se por esta rodovia no rumo de Cambé cerca de 79,10 metros até um outro marco colocado na margem da mesma rodovia. d'este ponto segue confrontando com a chácara N.º A no rumo SW 25º25' e distância de 100,00 metros até um novo marco ainda na divisa da chácara "A" com o remanescente do lote 107-B; Donde segue confrontando com as chácaras "A" e "B" e "C" no rumo NW 64º00' cerca de 130,00 metros até um marco colocado na divisa com o lote n.º 108 no rumo SW 25º25' e distância de 403,34 metros até encontrar um marco fincado na margem esquerda do Ribeirão Cambé e, finalmente, descendo por este, segue até ao ponto de partida da presente medição.

Art. 2.º — O imóvel de que trata a presente Lei será destinado à construção do Parque Exposição Industrial de Londrina, revertendo ao patrimônio do Estado, na hipótese de que lhe seja dada outra destinação.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1970.

a) Dep. Luiz Carlos C. Cruz

JUSTIFICATIVA:

O imóvel cuja doação é objetivada pertence ao patrimônio do Estado do Paraná, conforme Escritura Pública de compra e venda por desapropriação amigável lavrada pelo 10.º Tabelionato da Comarca de Curitiba, em 4 de fevereiro de 1970, transcrita no 1.º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Londrina. A doação em questão harmoniza-se plenamente com os elevados interesses da administração e da coletividade, tendo-se em conta o fato de ter o referido imóvel sido desapropriado para fins de construção da Exposição Industrial de Londrina, construção essa que vem sendo feita pela Associação Rural daquela cidade. A doação, após o advento da Lei autorizatória, será requerida pela entidade interessada, em processo regular, no qual estarão obedecidas todas as formalidades legais aplicáveis à matéria, podendo, inclusive, se necessário for, ser anexada no referido processo, carta de anuência dos antigos proprietários do imóvel em epígrafe.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

AUTOR: — Dep. Luiz Cruz

Súmula: — Autoriza o Poder Executivo a doar à Sociedade Rural do Norte do Paraná uma área de terreno com 78.282 m², na forma que especifica.

PARECER

1. — Pretende o Projeto autorizar uma doação à Sociedade Rural do Norte do Paraná, de uma área de 78.282 m², de propriedade do Estado, que se destina à construção do Parque Exposição Industrial de Londrina, revertendo a mesma ao patrimônio do Estado se, por ventura, outra destinação lhe vier a ser dada.

2. — Conforme já ressaltamos no parecer ao projeto de Lei n.º 210-70, o objetivo visado pelo Projeto em tela tem realmente cabal procedência, uma vez que as associações rurais e suas exposições agro-pecuárias representam, na sombra de dúvida, importantes estímulos e oportunidades econômico-financeiras ao desenvolvimento do importante setor agro-pecuário do Estado.

3. — A Constituição Estadual em seu art. 21. inciso II letra c serve de pressuposto básico ao Projeto, que não encontra qualquer empêço legal.

A vista do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto.

S.M.J.

Sala das Comissões, em 15 de abril de 1971

(aa) Wilson Brandão — Presidente

Muggiati Filho — Relator

Cândido Martins de Oliveira — Igo Losso — Arthur de Souza

Emílio Carazzai — Gilberto Carvalho — Sebastião Rodrigues

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Parecer ao Projeto de Lei n.º 266.70

I — Submete-se ao estudo e parecer desta Comissão, o presente Projeto de Lei que contém matéria de real importância para o problema noroeste paranaense.

II — Pelas próprias razões da justificativa e respeitável pronunciamento da Douta Comissão de Constituição e Justiça, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 7 de junho de 1971.

(aa) Arizone Araújo — Presidente

Santos Lima — Relator

Antônio Maciel — Marciano Baraniuk — Sebastião Rodrigues

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 95.71, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 11-71, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre a inclusão do Parágrafo que especifica, ao artigo 53, do Estatuto dos Funcionários Cíveis do Poder Executivo do Estado do Paraná. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 59.71

Estado do Paraná
Gabinete do Governador
MENSAGEM N.º 11.71

Curitiba, 24 de maio de 1971

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei dispondo sobre a inclusão de um parágrafo ao art. 53, do Estatuto dos Funcionários Cíveis do Poder Executivo do Estado do Paraná.

2. — A Constituição Estadual promulgada a 28 de janeiro de 1970, em seu art. 157, no Título que dispõe sobre as Disposições Gerais e Transitórias, declara extinto o expediente, aos sábados, nas repartições públicas em geral e estabelece as exceções que devem ser disciplinadas por atos executivos.

3. — Por tratar-se de disposição transitória da Lei Maior, faz-se mister a sua inserção, como norma permanente, na Lei que regula o regime jurídico dos funcionários públicos, perdendo assim o seu caráter de transitividade.

4. — Certo de que essa Colenda Casa, compreendendo a intenção deste Executivo, dará ao anteprojeto de lei proposto o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

HAROLDO LEON PERES — Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado WILSON FORTES

Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado.
N/CAPITAL

ANTEPROJETO DE LEI

MENSAGEM N.º 11.71

Art. 1.º — Fica incluído, no Art. 53, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970 — Estatuto dos Funcionários Civis do Poder Executivo do Estado do Paraná, um parágrafo terceiro, com a redação seguinte:

“Não haverá expediente aos sábados nos órgãos da Administração direta e indireta do Estado, exceção daqueles que, pela sua natureza especial de segurança, ensino, saúde e imprensa, sejam imprescindíveis à comunidade”.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 5.71

AUTOR: — Poder Executivo

SÚMULA: — Inclui o parágrafo que especifica, ao art. 53, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970 — Estatuto dos Funcionários Civis do Estado.

PARECER

1) — Oriundo da Mensagem Governamental sob número 11.71, o Projeto de Lei em referência está em perfeita consonância com o que dispõe o art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.

2) — Dita Proposição não se insurge contra qualquer preceito, quer de ordem constitucional, quer de ordem legal.

Quanto à sua oportunidade, nada a opor.

3) — Assim sendo, somos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15 de julho de 1971.

(aa) Wilson Brandão — Presidente

Arthur de Souza — Relator

Igo Losso — Cândido Martins de Oliveira — Muggiati Filho

Sebastião R. Júnior

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 129-71, de autoria do Dep. Jorge Sato, que declara de Utilidade Pública, a Sociedade São Vicente de Paulo, da cidade de Mandaguáçu. Parecer favorável da C.C.J. — Em Regime de Urgência. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 129.71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Sociedade São Vicente de Paulo, de Mandaguáçu.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em ... de ... de 1971.

(a) Dep. Jorge Sato

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade São Vicente de Paulo de Mandaguáçu, fundada em 12 de janeiro de 1959 e registrada na Secretaria do Trabalho e Assistência Social, destina-se a criar as Conferências e Obras Unidas existentes na localidade.

dade, assistindo as na prática de suas atividades caritativas e assistenciais, no seu regular funcionamento e no cumprimento mais perfeito de suas atividades.

A entidade já foi reconhecida de utilidade pública pela Lei Municipal n.º 173-67, de 18 de setembro de 1967.

Estamos certos que o Projeto receberá o apoio e a aprovação de nossos distintos Pares nesta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 129.71

AUTOR: — Dep. Jorge Sato

SÚMULA: — “Declara de Utilidade Pública a Sociedade São Vicente de Paulo, de Mandaguapé”.

1.) — A iniciativa supra referida vem articulada e justificada, estando, pois, em consonância com o que determina o art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.

2.) — O Projeto ora em exame é perfeitamente legal, eis que a entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública preenche todos os requisitos ou seja: a) está em funcionamento há mais de um (1) ano; b) — tem seu estatuto social devidamente registrado no cartório das Pessoas Jurídicas; c) presta serviço a coletividade, de maneira desinteressada; e d) — não distribui lucros ou dividendos aos seus associados, assim como seus diretores não percebem qualquer forma ou tipo de remuneração.

Por outro lado, a mesma Proposição não apresenta qualquer vício de ordem constitucional.

Quanto à sua oportunidade, convence-nos a justificativa de seu ilustre autor.

3.) — Em face das considerações expendidas, somos pela sua aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de outubro de 1971.

(aa) **Wilson Brandão** — Presidente

Sebastião Rodrigues Júnior — Relator

Armando Queiroz — **Arthur de Souza** — **Muggiati Filho** —
Gilberto Carvalho

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 131.71, de autoria do Dep. Aguiinaldo Pereira Lima, que autoriza o Poder Executivo criar a Escola Normal Colegial do Município de Conselheiro Mairynk, para funcionar no ano letivo de 1972. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Em Regime de Urgência.** — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 131.71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Escola Normal Colegial no Município de Conselheiro Mairynk, para funcionar a partir do ano letivo de 1972.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1971.

(a) **Dep. Aguiinaldo Pereira Lima**

JUSTIFICATIVA:

A iniciativa deste plano de Lei, é devido existirem na Região grande número de escolares em condições de cursarem uma escola Normal, estando o nosso País empenhado no estímulo pela Educação em massa dos jovens, nada mais justo e louvável do que dar condições a que se formem novos mestres da educação,

Este projeto que ora submetemos a apreciação dos nobres pares, os quais temos certeza darão integral apoio a esta iniciativa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

AUTOR: — Dep. Aguinaldo Pereira Lima.

SUMULA: — Autoriza o Poder Executivo, criar a Escola Normal Co-legal do Município de Conselheiro Mairynk, para funcionar a partir do ano letivo de 1972.

I — O projeto está devidamente justificado e tem amparo legal e constitucional.

II — Nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, 13 de outubro de 1971.

(aa) Wilson Brandão — Presidente

Emílio Carazzai — Relator

Arthur de Souza — Cândido Martins de Oliveira — Acyr

José — Igo Losso

COMISSÃO DE FINANÇAS

SUMULA: — Autoriza o P.E. criar a Escola Normal Colegial do Município de Conselheiro Mairynk, para funcionar no ano letivo de 1972.

AUTOR: — Dep. Aguinaldo P. Lima.

PARECER

De alto alcance quanto ao mérito, o presente Projeto de Lei não traz nenhuma implicação de ordem financeira.

A presente proposição é de caráter meramente autorizatória, razão pela qual somos pela sua aprovação.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em ... de outubro de 1971

(aa) Leopoldo Jacomet — Presidente

Maurício Fruct — Relator

Paulo Poli — Santos Lima

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI N.º 131-71

AUTOR: — Dep. Aguinaldo Pereira Lima

SUMULA: — Autoriza o P.E. criar a Escola Normal Colegial no Município de Conselheiro Mairynk, para funcionar no ano letivo de 1972.

PARECER

A justificativa do nobre autor do projeto, nos convence plenamente da necessidade de ser criada a Escola Normal Colegial, no Município de Conselheiro Mairynk, assim sendo somos pela aprovação do mesmo

Sala das Comissões, em ... de 1971

(aa) Antônio Lopes Jr. — Presidente

Atônio Lopes Jr. — Relator

Santos Lima — Alvaro Dias — Arizone Araújo

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 203-71, de autoria do Dep. Lázaro Dumont, que declara de Utilidade Pública, o Clube dos Doadores de Sangue da Cidade de Londrina. Parecer favorável da C.C.J. Em Regime de Urgência. Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 203-71

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a .

Art. 1.º — Fica declarado de Utilidade Pública o Clube dos Doadores de Sangue de Londrina, sediado na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1971

(a) Dep. Lázaro Dumont

JUSTIFICATIVA:

Trata-se, como se vê de associação destinada, a congregar os doadores de sangue da cidade de Londrina, verdadeiros heróis anônimos, responsáveis pela salvação de muitas vidas e que deve, por isso, merecer o respeito e a consideração não só da sociedade londrinense, mas também dos Poderes Públicos. Daí o projeto que ora submetemos ao estudo e deliberação da Casa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 203.71

AUTOR: — Dep. Lázaro Dumont

SUMULA: — “Declara de Utilidade Pública, o Clube dos Doadores de Sangue da Cidade de Londrina”.

PARECER

O Projeto de Lei n.º 203.71, de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, declara de Utilidade Pública, o Clube dos Doadores de Sangue da Cidade de Londrina.

O Projeto em questão está devidamente justificado.

A entidade apresentou estatutos e fez prova de registro no Cartório competente e que os Diretores não percebem vencimentos.

Pela aprovação.

Sala das Comissões, em 27 de outubro de 1971

(aa) Wilson Brandão — Presidente

Armando Queiroz — Relator

Arthur de Souza — Muggiati Filho — Gilberto Carvalho —

Sebastião Rodrigues Júnior

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 236.71, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 32.71, encaminhando anteprojeto de Lei que introduz modificações na composição do Conselho Superior do Ministério Público e adota outras providências. Parecer favorável da C.C.J.. Em Regime de Urgência. Sobre a mesma, requerimento de autoria do Sr. Deputado Santos Lima, constante do Expediente, solicitando adiamento do Projeto de Lei n.º 236.71, por duas sessões. Em votação o requerimento. **Aprovado.** Fica adiada o Projeto por duas sessões.

PROJETO DE LEI N.º 236.71

Senhor Presidente:

MENSAGEM

32/71

Curitiba, 27 de setembro de 1971

Curitiba, 27 de setembro de 1971

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que visa modificar a composição do Conselho Superior do Ministério Público e adotar outras providências.

2. — Muitas das atividades básicas da instituição do Ministério Público estão na dependência direta das decisões do Conselho. Basta referir a realização de concursos para preenchimento dos cargos vagos e remoções. A Emenda n.º 3 à Constituição do Paraná, todavia, alterou a composição do Conselho Superior do Ministério Público. Anteriormente, este órgão era integrado pelo Procurador Geral da Justiça e por todos os Procuradores da Justiça. Com a legislação vigente, entretanto, estabeleceu-se que o Conselho será apenas composto pelo Procurador Geral, pelo Corregedor do Ministério Público e por três Procuradores da Justiça, eleitos pelos demais. Assim, impossibilitado de funcionar no regime de sua composição anterior, impõe-se a regulamentação da eleição dos novos conselheiros, para que o Conselho

possa atuar na conformidade da posição preconizada pela lei atual. Caso contrário, várias atividades fundamentais permanecerão paralisadas, vinculadas que estão a um solucionamento que só àquele órgão incumbe.

3. — Sob outro aspecto, o Estatuto do Ministério Público, porque anterior à criação do Tribunal de Alçada, não regulamenta as atribuições dos Procuradores junto a esse colegiado. Embora isso não constitua impedimento à designação de Procuradores para oficiarem junto ao Tribunal de Alçada, é conveniente que se formalize o exercício dessas atribuições, mantido o critério de designações pelo Procurador Geral.

Excelentíssimo Senhor

Deputado WILSON FIGUEIREDO FORTES

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N/CAPITAL

Certo de que o Plano de Lei ora encaminhado à essa Coianda Casa mereceria o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) HAROLDO LEON PERES
Governador do Estado

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — O Conselho Superior do Ministério Público será integrado pelo Procurador Geral da Justiça, como seu Presidente, pelo Corregedor do Ministério Público e por três Procuradores da Justiça, anualmente eleitos pelos demais, vedada a recondução.

§ 1.º — A eleição será realizada pelo critério da maioria absoluta de votos em reuniões dos Procuradores da Justiça convocada e presidida pelo Procurador Geral.

§ 2.º — Se nos três primeiros escrutínios não for possível alcançar maioria absoluta, será adotado o critério da maioria simples.

§ 3.º — Em caso de empate na votação, o Procurador Geral da Justiça proferirá voto de qualidade.

Art. 2.º — Aos Procuradores da Justiça incumbe officiar perante as Câmaras do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Alçada, de acordo com designação do Procurador Geral, assistindo facultativamente as sessões.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) HAROLDO LEON PERES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 236-71

AUTOR: — PODER EXECUTIVO

SÚMULA: — "Introduz modificação na composição do Conselho Superior do Ministério Público e dá outras providências".

PARECER

1.) — Oriundo da Mensagem Governamental n.º 32-71, o Projeto em referência está devidamente articulado e justificado no ofício que o acompanha, estando, desta forma, em harmonia com o que determina o art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.

2.) — Referida iniciativa não contraria qualquer dispositivo, quer de ordem constitucional, quer de ordem legal.

Quanto a sua oportunidade, está amplamente justificada no ofício já aludido.

3.) — Em face de tais considerações opinamos pela aprovação da medida ora proposta.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 4 de novembro de 1971

(aa) Wilson Brandão -- Presidente

Arthur de Souza -- Relator

Emílio Carazzini -- Muggiati Filho -- Sebastião Rodrigues Júnior

Gilberto Carvalho

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente, indicando, na qualidade de líder da ARENA e Governo, o Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, para integrar a Comissão de Constituição e Justiça. — Ao Departamento Legislativo — Divisão das Comissões, para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Arthur de Souza, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo passamento do conhecido e festejado homem de rádio e televisão, Dr. Camilo Jorge Grabski. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ervino Carlos Strobel. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando seja enviado ao Sr. Presidente da República, telegrama de congratulações, pelo modo como Sua Excelência conduziu e solucionou o problema político no Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando seja designada uma comissão para representar este Poder nas cerimônias que marcarão a inauguração das novas instalações da agência do Banco do Brasil em Londrina, no dia de amanhã. — **Aprovado.** A Mesa designa os Srs. Deputados Antônio Belinati e Lázaro Dumont para representarem a Casa, nas festividades em Londrina.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apêlo ao Sr. Ministro do Interior, Governador do Estado e Superintendente da FUNAI, no sentido de que determinem providências imediatas para a delimitação da área destinada aos índios, nos Municípios de Guaraniaçu e Laranjeiras do Sul, a fim de que os proprietários vizinhos não sejam prejudicados com as medidas legais de seqüestro tomadas pela Justiça Federal. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 191.71. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando sejam suas faltas justificadas, às sessões dos dias 17, 18 e 19 do corrente mês. Ao Sr. L.º Secretário para os devidos fins.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 26, sexta-feira, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 102.69 — 19.71 — 26.71 — 47.71 — 105.71 — 121.71 — 168.71 — 172.71 — 173.71 — 233.71.

Levanta-se a sessão.